PROVA DE ESTUDO DE CASOS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova de Estudo de Casos, de caráter habilitatório e classificatório, é constituída de 3 (três) questões práticas.
- Na Prova de Estudo de Casos deverá ser observado o limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada resposta às questões propostas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A resposta à Prova de Estudo de Casos deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova de Estudo de Casos nas seguintes situações: fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em verbos); apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; estiver em branco; e, apresentar letra legível e/ou incompreensível.
- Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido no conjunto das três questões média igual ou superior a 18 (dezoito) pontos.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova de Estudo de Casos serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	**Elementos da Avaliação**	
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	**2 (dois) pontos**
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de respostas do Estudo de Caso, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	**8 (oito) pontos**
TOTAL DE PONTOS:		**10 (dez) pontos**

QUESTÃO 01

"O Programa Monumenta do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – tem lançado uma série de publicações intituladas Cadernos Técnicos referentes à divulgação de técnicas à preservação do patrimônio histórico e cultural. Um destes Cadernos Técnicos consiste no 'Manual de Conservação e Intervenção em Argamassas e Revestimentos à Base de Cal', elaborado por *Kanan* (2008), que 'objetiva revisar critérios e avanços técnicos que se têm alcançado na área de conservação de argamassas e revestimentos à base de cal visando melhorar as práticas de intervenção no patrimônio edificado' (idem, p. 7). O referido manual apresenta, entre outros procedimentos, os 'procedimentos para elaboração do projeto de conservação e reconstituição de argamassas e rebocos (diagnóstico e etapas de projeto)'. Neste contexto, traz a seguinte recomendação: 'para que se possa realizar com critério e segurança as obras de conservação e reconstituição das superfícies com argamassas e revestimentos à base de cal, recomenda-se que seja desenvolvido um projeto de intervenção contendo todas as etapas necessárias ao conhecimento do bem, à compreensão das lesões e problemas construtivos e à proposta de intervenção, bem como para a manutenção posterior da obra. Com relação mais especificamente aos procedimentos de projeto para obras de reconstituição de argamassas e revestimentos, estes devem ser constituídos das etapas a seguir indicadas: 1. informação prévia; 2. mapeamento das áreas, medições, coletas de amostras; 3. diagnóstico; e, 4. propostas, intervenções e tratamentos especiais'."

(Kanan, 2008, p. 139-140.)

Considere uma situação hipotética em que o IPHAN abra edital para a reconstituição dos ornamentos da fachada de uma edificação de valor histórico-cultural como a construção da Casa da Cia. Cachoeira de Macacos, em Minas Gerais, mostrada na ilustração a seguir.

(Casa da Cia. Cachoeira de Macacos (MG). Foto: Philip Gunn, 1998. Correia, 2011.)

A equipe contratada deverá seguir os critérios definidos pelo Programa Monumenta e apresentar os procedimentos de projeto para obras de reconstituição de argamassas e revestimentos, constituídos pelas quatro etapas listadas anteriormente: 1. informação prévia; 2. mapeamento das áreas, medições, coletas de amostras; 3. diagnóstico; e, 4. propostas, intervenções e tratamentos especiais. Considerando as recomendações do "Manual de Conservação e Intervenção em Argamassas e Revestimentos à Base de Cal", referido no enunciado desta questão, elabore um texto detalhando os procedimentos a serem tomados em cada uma das quatro etapas de projeto para obras de reconstituição de argamassas e revestimentos: as atividades a serem realizadas e as informações a serem coletadas na etapa 1. informação prévia; as atividades a serem realizadas na etapa 2. mapeamento das áreas, medições, coletas de amostras; as atividades a serem realizadas na etapa 3. Diagnóstico; e, dê exemplos de medidas e critérios técnicos para viabilizar a intervenção, bem como dos materiais e técnicas que serão propostos na etapa 4. propostas, intervenções e tratamentos especiais.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

QUESTÃO 02

Bins-Ely e a equipe do grupo PET Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (2006, p. 2) consideram que "o espaço público livre possui grande importância no contexto das cidades. Sua função, além de proporcionar lazer, é garantir a plena inclusão de usuários com diferentes habilidades e restrições, e, portanto, sua socialização". No entanto, "a existência de barreiras físicas, informativas e atitudinais, muitas vezes restringe o uso desses espaços, ocasionando situações de constrangimento às pessoas com restrições e dificultando, ou até mesmo impedindo, a participação das mesmas em diversas atividades", resultando na "perda do conceito de integração e convívio".

Em 2010, conforme dados do Censo IBGE, 23,9% da população brasileira possuía algum tipo de deficiência: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. "A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,1%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,4%". ***(Oliveira/SDH-PR/SNPD, 2012, p. 6.)***

"Numa crítica à seleção e plantio indiscriminados de vegetação nos espaços públicos livres, Luciene Gomes, cadeirante, arquiteta e urbanista, e docente da área de Acessibilidade e Desenho Universal no SENAC São Carlos-SP, relata que 'muitas espécies são plantadas em calçadas, jardins, floreiras e canteiros pelo cidadão comum que quer deixar o lugar mais bonito, mas nem sempre é orientado na escolha da planta adequada ao espaço disponível'." ***(Gomes, 2014, p. 124.)***

"Neste contexto, destaca-se o papel do arquiteto na 'elaboração de espaços acessíveis a todos os usuários, independente do tipo físico, idade ou restrições que possam apresentar'. À 'elaboração do projeto de um espaço público livre acessível' é 'essencial à compreensão das restrições e limitações apresentadas por diferentes usuários e a busca por respectivas soluções projetuais". ***(Bins-Ely et. al., 2006, p. 2.)***

"A atualização mais recente (terceira edição) da NBR 9050 define critérios para a utilização da vegetação na 'ornamentação da paisagem e ambientação urbana' nas 'rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres'."
(ABNT, 11/09/2015, p. 116.)

"Considere que o Poder Público Municipal de uma cidade de porte médio tenha realizado todas as adaptações referentes à instalação de piso táctil, rampas, acessos e sinalizações necessárias às pessoas portadoras de deficiências e mobilidade reduzida nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres dos espaços livres públicos, estabelecidas pela NBR 9050. Resta, no entanto, especificar a vegetação e seus critérios técnicos de implantação nestes espaços. Na especificação e implantação da vegetação, a equipe técnica responsável pelo trabalho deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela NBR 9050 a respeito da 'ornamentação da paisagem e ambientação urbana' nas 'rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres'."

Tendo em vista a situação hipotética apresentada, elabore um texto especificando os tipos e espécies de vegetação que poderiam ser adotados pela referida equipe técnica e justifique sua escolha relacionando-a aos critérios estabelecidos pela NBR 9050 para a "ornamentação da paisagem e ambientação urbana" nas "rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres". O texto deve incluir a descrição destes critérios, sempre relacionada à vegetação escolhida e suas técnicas de implantação, incluindo a identificação das características que a vegetação não pode apresentar nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres, bem como as características que deverão ter as grelhas de proteção (dimensão máxima e espaçamento entre os vãos, formato e nivelamento) que inevitavelmente necessitem ser instaladas dentro da faixa de fluxo principal; nos casos em que houver fluxos em mais de um sentido de circulação; e, nos casos em que as áreas drenantes de árvores necessitarem inevitavelmente invadir as faixas livres do passeio. Contemple, em sua especificação, pelo menos dois tipos diferentes de vegetação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

QUESTÃO 03

"Um município, na região Sudeste do Brasil, vem sofrendo com a crescente ocupação irregular de parte de seus terrenos públicos. A maior e mais antiga ocupação perdura desde meados do século passado e localiza-se justamente na porção mais significativa de área pública. Em 2004, o Poder Público Municipal local efetuou a revisão de seu Plano Diretor que consistiu, basicamente, na inclusão dos instrumentos da política urbana previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001). Desde então, a associação de moradores da referida ocupação vem requisitando o parcelamento e reconhecimento de posse da terra em questão. A Administração Pública atual, após recente revisão do Plano Diretor, tem se mostrado favorável à regularização, buscando soluções que permitam manter os moradores no local, de modo a garantir que se cumpra efetivamente a função social da propriedade urbana e o direito de todos à cidade, como previsto no Estatuto da Cidade. No entanto, por se tratar de um terreno localizado em área de valorização incipiente da cidade, teme que a concessão de posses individuais, após o parcelamento, acabe por propiciar práticas de especulação imobiliária, sob o risco da venda dos lotes, pelos moradores da ocupação, para fins que não sejam o da moradia social, resultando num processo de gentrificação que poderia levar à ocupação de outros terrenos públicos no município. A busca pela solução desse conflito entre reconhecimento de posse e permissão de uso tem sido um grande desafio para o Poder Público local. Contudo, uma análise aprofundada do conjunto de instrumentos previstos no Artigo 4º do Estatuto da Cidade permitirá uma solução que concretize, de fato, a função social da propriedade urbana e o direito de todos à cidade, efetivando a regularização e garantindo a permanência dos moradores da ocupação no terreno em questão, sem os riscos de se propiciar práticas de especulação imobiliária. O instrumento que permitirá tal solução é analisado por Barros, Carvalho e Montandon (2010, p. 103) em seu trabalho intitulado 'O Estatuto da Cidade Comentado (Lei nº 10. 257 de 10 de julho de 2001)'."

Considerando o caso hipotético apresentado, elabore um texto identificando qual o instrumento previsto no Artigo 4º do Estatuto da Cidade que permitirá uma solução que garanta o direito dos moradores à permanência no referido terreno, sem os riscos de um processo de especulação imobiliária e gentrificação propiciado pela possível comercialização dos lotes resultantes do parcelamento para fins divergentes do uso de moradia de interesse social. O texto deve explicar as possibilidades de utilização deste instrumento e as maneiras como a aplicação do mesmo poderá garantir o uso da terra aos moradores da ocupação sem o reconhecimento de posse do terreno.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO